

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G **BOLETIM**
GOIANO *de*
Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 21 - N.º 2 - JUL./ DEZ. 2001

“CARTOGRAFIAS CULTURAIS” NA GEOGRAFIA CULTURAL: ENTRE MAPAS DA CULTURA E A CULTURA DOS MAPAS

*Jörn Seemann**

APRESENTAÇÃO

A Geografia Cultural dedica-se a “estudos e pesquisas que coloquem em evidência as relações entre espaço e cultura” (Rosendahl e Corrêa, 1999:9). Por se tratar de um campo de pesquisa polivalente e ambíguo com base em conceitos escorregadios como “espaço” e “cultura”, os geógrafos culturais, em sua busca por uma teoria genuinamente geográfica da cultura, enfrentam questionamentos fundamentais na sua tarefa de mostrar a dimensão espacial da cultura. Como ligar o espaço à cultura e vice-versa? Cultura deve ser vista como prática espacial, ou espaço deve ser visto como prática cultural?

Existe consenso entre os geógrafos que o conceito do espaço absoluto na tradição de Descartes, Kant e Newton como “extensão absoluta que contém todas as coisas do universo” (Fonseca e Oliva, 1999:67) cedeu lugar ao espaço relativo: o espaço não é uma extensão preexistente, mas sim constituído pelas coisas¹. Dessa maneira, em vez de pesquisar a cultura no espaço (descrição, distribuição, cultura “visível” e material), muito criticado pelos representantes da *Nova Geografia Cultural*², opta-se por uma abordagem pela produção cultural como formadora do espaço.

Werlen (1993) observa que uma geografia científica também pode ser pensada e praticada sem o espaço como objeto principal de pesquisa. Além de produzir a sua própria história, os homens também produzem a sua própria geografia e o objetivo do geógrafo deve ser o estudo das condições e formas desse “fazer geografia”. Dessa maneira, não é o espaço que é o objeto das pesquisas geográficas, mas são as ações humanas sob determinadas condições sociais e espaciais (Werlen, 1993: 241)³. Essas ações, por sua vez, representam a ligação entre o espaço (como lugar, “uma extensão carregada de significações variadas”, Gomes (1996:310) e seus significados, que precisam ser mapeados nas suas quatro dimensões.

Em que consistiria esse mapeamento? Para explicar melhor essa

* Dep. Geociências, Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: sailorman@gmx.net

abordagem, torna-se necessário recorrer aos mapas e à sua respectiva disciplina a Cartografia, que como prática espaço-cultural, com toda sua ambigüidade, representa um elo muito forte entre espaço e cultura. Neste artigo, pretende-se discutir as relações entre cultura e mapas em todos os seus sentidos, seja simbólico ou material, e indicar possíveis perspectivas cartográficas nas diversas correntes da geografia cultural.

1. Mapa da cultura x Cultura dos Mapas

Mapas podem tornar-se um conceito-chave nas discussão da geografia cultural. O termo *mapa*, portanto, é extremamente ambíguo nas suas funções e em seu uso. Andrews(1996:7) escreve que “todos nós sabemos suficientemente bem o que significa ‘mapa’ para fazer-nos compreendidos, e é muito improvável que alguém tenha adquirido esse conhecimento pela consulta de um dicionário.” O mesmo autor juntou 321 definições (!) de mapa que registrou ao analisar dicionários, enciclopédias, livros didáticos, monografias, jornais e revistas do período entre 1649 e 1996. Para abranger tanto o seu poder simbólico como o seu valor prático e concreto, mapa, neste artigo, será definido como “uma imagem simbolizada da realidade geográfica, representando feitos ou características selecionados, que resultam do esforço criativo da escolha do seu autor e que são desenhados para o uso em que relações espaciais estão de relevância especial” (Woodapud Andrews, 1996). Nesta definição, focaliza-se a atenção no processo de mapeamento⁴ e não no produto concreto, o mapa. Mapas são representações da realidade, mas não são a própria realidade!

Em seguida, serão apresentadas duas perspectivas diferentes sobre o mapa: o mapa como metáfora para a cultura e o mapa como construção sociocultural.

2. Mapas da Cultura

No decorrer da história, a palavra *mapa* sempre foi usada em seu sentido metafórico por poetas e escritores e também em trabalhos acadêmicos não-geográficos⁵. Com as discussões paradigmáticas que estão acontecendo nas ciências sociais há duas décadas, o termo *mapa* com significado de *representação* ganha uma nova conotação. Percebendo o fenômeno de representação como forma de manifestar o pensamento espacial, ressurgiu o

espaço, o conceito-chave da geografia, em detrimento do *tempo*, Foucault, em sua “obsessão espacial” considera o mapa como “instrumento de saber-poder” (Foucault, 1986:162), porque possui uma versatilidade em sua utilização, servindo para medição, inquérito e exame. Dessa maneira, realiza-se uma reafirmação do espaço na teoria social crítica (Soja, 1993) ou, em outras palavras, uma “virada espacial” (Pickles, 1999), que nas artes e ciências corresponde a um “agnosticismo pós-estruturalista diante de explanações ‘naturais’ e universais e de narrativas históricas unívocas” (Cosgrove, 1999:7), reconhecendo-se que posição e contexto têm um papel central em qualquer construção de conhecimento.

Nas publicações de diversas disciplinas encontram-se alusões à Cartografia e aos mapas no sentido de “mapeamentos” de estruturas e agências sociais. Na sociologia, por exemplo, fala-se de “Cartografias da Cultura e da Violência” (Diógenes, 1998) ao analisar a cultura de gangues ou de “Cartografias do Desejo” (Guattari e Rolnik, 1999) para analisar a “singularização da cultura na sociedade capitalística” (*sic!*). Na educação, Geraldi, Fiorentini e Pereira (1998) realizam “Cartografias do trabalho docente” ao investigar o papel do professor escolar como pesquisador, e Hattam (1998) usa a metáfora do mapa para desenvolver uma geografia cultural da reforma educacional.

Na Antropologia e na Geografia Cultural, mapas têm um significado metafórico. Kluckhohn (1973), por exemplo, vê cultura como mapas: “Precisamos saber interpretá-los, identificar tudo, ele nos quer dizer para podermos entender melhor. Se não soubermos entender seus traços, suas cores, sua legenda, não conseguiremos ‘ler’ o que ele quer nos mostrar” (Kluckhohn, 1973:39). O mapa não aparece como mera ilustração, mas consiste em uma representação que, igual a um código genético, precisa ser lida e interpretada. Bordieu (*apud* Gell, 1989) considera significativa a analogia entre cultura e mapa. Uma pessoa “de fora” não tem os mesmos conhecimentos práticos como os nativos e usa um modelo com todas as possíveis rotas para encontrar seu caminho em uma paisagem estrangeira. Nesse caso, o “mapa” serve para direcionar, orientar e nortear as pesquisas.

Peter Jackson, no seu livro *Maps of Meaning*, aproxima mapas à geografia cultural, definindo cultura como “o nível em que grupos sociais desenvolvem padrões de vida distintos chamados de cultura que, por si mesmos, são mapas de significados através dos quais o mundo se faz inteligível (Jackson, *apud* Mitchell, 1995). Dessa maneira, cultura é

“simbólica, ativa, constantemente sujeita a mudanças e ‘despedaçada’ por relações de poder, não tratando-se de um objeto, mas um processo identificável, uma categoria analítica, um nível ou uma esfera mapeável. Cultura se torna uma meio de representação através do qual as pessoas transformam os fenômenos do mundo material em um mundo de símbolos significativos às quais eles dão significado e atribuem valores” (Cosgrove Jackson, 1987:99). Essa abordagem mostra uma forte afinidade com os *webs of meaning* (“teias de significados”) de Clifford Geertz, que considera a cultura como um conjunto de “teias” e a sua análise, “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 1978:15). Essas “teias de significados” podem nos mostrar que “os significados que tentamos explicar podem ser ininteligíveis para quem está enredado nas teias e incompreendidos por nós em sua totalidade” (Mikesell, 2000:87).

Santos (2000) enfatiza as “virtualidades analíticas e teóricas da Cartografia, cujo fundamentalismo epistemológico e sua correspondente teoria da verdade são particularmente inverossímeis”, e sugere uma “sociologia cartográfica” ou “cartografia simbólica” das representações sociais. Em um primeiro momento, o assunto a ser analisado (cultura, educação, sistema de direito etc.) seria concebido metaforicamente como mapa, para, em um segundo passo, tomar a metáfora literalmente⁶.

Ao usar essa abordagem semiótica do mapa, que tem muito em comum com o conceito de *paisagem* (discutido mais adiante), corre-se o risco de não representar o mundo, mas criá-lo através do mapa. Goodman (1978) parafraseia Ernst Cassirer quando constata que “inúmeros mundos foram feitos do nada através do uso de símbolos”, fazendo com que a sua interpretação nos encaminhe rumo aos perigos de um obscurantismo místico, intuitivismo anti-intelectual ou humanismo anti-científico.

A utilização do potencial metafórico do mapa pode transformar a pesquisa em um obra excessivamente codificada e inacessível ou um dialeto de “chinês mandarim”, cujo estilo tenta “esconder a perversão do significado, o disfarce da mediocridade, a inflação do auto-respeito do seu autor e a representação de idéias que, na realidade, são estereótipos e banalidades” (Billinge, 1983:400). Dessa maneira, esses “novos métodos” de análise afastam as pesquisas da geografia cultural, mergulhando-a em acentuadas reflexões pós-estruturalistas sobre o “papel de linguagem, significado e representações na constituição da realidade e do conhecimento da realidade”

(Barnett, 1998:380). A representação da realidade fica presa em um jogo de linguagem. Este projeto de uma *Cartografia Social* (Pickles, 1999) atravessa os limites das disciplinas ao explorar essas cartografias em muitas maneiras diferentes, mas, ao mesmo tempo, dá a impressão de um princípio metafórico muito “solto” para organizar projetos de pesquisa (Pickles, 1999:95). Portanto, soa paradoxo, mas muitas metáforas parecem mais concretas, vivas e familiares do que o conceito que elas procuram elucidar (Andrews, 1990).

3. Cultura dos Mapas

Depois da discussão do mapa como metáfora para “mapear” culturas, torna-se necessário revelar as características culturais dos mapas. Não é intenção traçar uma história da Cartografia, mas mostrar os mapas como construções socioculturais⁷.

Quanto às origens das representações cartográficas, Raisz (1969) observa que “a história dos mapas é mais antiga que a própria história, isto se pensarmos na história como a documentação escrita sobre fatos passados. A confecção de mapas precede a escrita.” A necessidade de orientar-se parece ser inata nos seres humanos. O conhecimento dos lugares, por um lado, facilita a organização de uma sociedade, por outro lado, “pode-se afirmar, com muita segurança, que o mapa é, de todas as modalidades da comunicação gráfica, uma das mais antigas da humanidade” (Oliveira, 1988:17).

A história da Cartografia, portanto, é contada do ponto de vista ocidental com uma maneira eurocêntrica de ver o espaço⁸. Desde o projeto do Iluminismo, os mapas consolidaram-se como “sistemas abstratos e estritamente funcionais para a organização factual de fenômenos no espaço (Harvey, 2000:227), eliminando, em sua sobriedade, qualquer subjetividade, fantasia ou convicção para manter viva a mais ortodoxa das crenças modernas: pensamento e ação acontecem em “reinos” separados (Curry, 1991). Wood (1993) busca a tradição cartográfica do ocidente no termo *map-immersed society*, “sociedade imersa em mapas”. Enquanto outras sociedades não têm “a necessidade de mapear posse de terra, distritos de tributação fiscal, a topografia de ataques de tanques, geologia subsuperficial

com provável existência de petróleo, ... , ou qualquer outra coisa, nós nos encontramos compelidos para mapeá-los” (Wood, 1993:5). Isso não significa que essas outras sociedades sejam menos desenvolvidas com habilidades cognitivas inferiores, mas que elas não tenham precisado o mapa para sua forma de vida. Os cartógrafos ocidentais consideravam as manifestações espaciais dessas culturas “cartografia primitiva” (Wise, 1976) ou atribuíram a esses povos uma “aparente inabilidade de ler mapas topográficos, mesmo de regiões que eles conheciam bem” (Pentland, 1975).

Nem todos os mapas são documentos impressos em papel. Woodward e Lewis (1998), por exemplo, na sua introdução do segundo volume da obra monumental *History of Cartography*, escrevem que a cartografia ocidental considera apenas as representações concretas como válidas: os mapas no papel e no computador de hoje em dia, usando diversos materiais como papel, plástico, madeira, couro, cerâmica etc. O pensamento do e sobre o espaço, portanto, também pode-se manifestar em formas não-materiais, e muitas vezes simbólicas, como gestos, rituais, canções, poemas, danças etc. Em vez de descrever um percurso através de um desenho, outras culturas com uma noção diferente do binômio tempo-espaço recorrem a uma “performance” do espaço.

O antropólogo Darcy Ribeiro se surpreendeu quando os índios Urubus-Kaapor da Amazônia oriental não reconheciam e compreendiam desenhos de casas, pessoas e animais. “Nosso desenho, embora o meu não seja lá muito representativo dele, é em grande parte simbólico e, sem o conhecimento de seus valores convencionais, não se pode entendê-los. Eu nunca imaginei que a representação a dois espaços – fotos, desenhos – fosse simbólica, convencional, tão natural nos parece. Não para eles” (Ribeiro, 1996:211)⁹.

Harley (1989), um historiador da cartografia, foi o primeiro a ligar os mapas a uma teoria social crítica. A fascinação pelos mapas como documentos criados pelo homem não se explicaria meramente pelo grau da sua objetividade e precisão. Também pode ser encontrada em sua ambivalência inerente e na habilidade de tirar por entre as linhas da representação novos significados, agendas escondidas e visões contrastantes do mundo.¹⁰ Mapas não fornecem uma “janela transparente do mundo”, mas são signos que mostram uma “aparência enganadora de naturalidade e transparência, escondendo um mecanismo opaco, deturpador e arbitrário de representação, um processo de mistificação ideológica” (Mitchell *apud*

Harley, 1991:523).

Preocupações éticas e a “desconstrução do mapa” (Harley, 1990) começaram a questionar o modelo normativo da “cartografia científica” com seu “vigilantismo” e sua “ética de precisão” (“ethic of accuracy”, Harley, 1989:5)¹¹ e em cuja filosofia os objetos a serem mapeados seriam reais e objetivos e independentes do cartógrafo, sendo as observações e medidas sistemáticas o único caminho para a “verdade cartográfica”. Essa cartografia positivista não levaria em conta a inconveniência de fatores sociais e a crença no progresso científico tornaria os mapas representações da realidade cada vez mais precisas, que, ao mesmo tempo, criaria o mito do “mapa verdadeiro”, desprezando mapas não-convencionais como primitivos ou errados.

A discussão da cultura de mapas na Geografia Cultural não deve ser entendida através de uma perspectiva material, descritiva e acrítica, mas com fundamento em uma teoria social crítica para explorar sua natureza metafísica e retórica dentro do seu contexto social que é culturalmente específico e muda no tempo e no espaço (Taylor, 1991:2), porque “Cartografia nunca é apenas o desenho de mapas – ela é a fabricação de mundos” (Harley, 1990:16).

Essa visão da Cartografia aproxima esta disciplina mais à Geografia Cultural, o que seria ilustrado em seguida através de dois exemplos.

4. Cartografia na Geografia Cultural

Em que forma o pensamento cartográfico poderia ser utilizado na geografia cultural? Como uma das áreas mais dinâmicas nas pesquisas geográficas, a geografia cultural virou um palco de discussões polêmicas e de controvérsias que muitas vezes diz mais sobre a natureza do geógrafo cultural do que sobre a natureza da própria geografia cultural (Seemann, 2000b).

Geertz(1978) assinala (quando discute o conceito de cultura) que já é um progresso quando uma teoria não é apenas internamente coerente, mas tenha um argumento definido a propor. “O ecletismo é uma autofrustração, não porque haja somente uma direção a percorrer com proveito, mas porque há muitas: é necessário escolher” (p.15).

Quanto às abordagens na geografia cultural, não existe uma única corrente “válida”. Mikesell(2000:101), por exemplo, recusa a existência de *geografias culturais* e descreve o pluralismo na disciplina como “afiliação

intelectual” e “confederação”, o que torna uma classificação das correntes muito difícil. Assim sendo, McDowell (1996) esboça três conjuntos principais de abordagens (“Escola de Berkeley”, “cultura como conjuntos de significados” e “Escola de Paisagismo”¹²), “ciente de possíveis críticas, ressalva que distinguir entre abordagens e classificar os estudiosos dentro de um paradigma ou outro também faz com que o crítico torne-se vulnerável a acusações de deturpação” (McDowell, 1996: 159)¹³.

Para relacionar o pensamento cartográfico à geografia cultural, escolhem-se as duas correntes de maior “transparência” na geografia cultural: as idéias da chamada “Escola de Berkeley” e da “Escola de Paisagismo”. Os exemplos apenas objetivam sugerir possíveis abordagens, ilustrando-as dentro de uma corrente de pensamento sem pretensões de esgotar o assunto ou arbitrariamente omitir outras abordagens.

5. “Escola de Berkeley” x Cartografia

A chamada “Escola de Berkeley” foi marcada pelos trabalhos de Carl Sauer que com a sua “Morfologia da Paisagem” investigava as marcas das atividades do homem sobre uma área e o mapeamento da cultura material. Jackson (1980) observa que, no decorrer do tempo, a “Escola de Berkeley” concentrou-se mais nos problemas rurais e agrários e a diferenciação de áreas do que na paisagem, um conceito bastante abstrato e de difícil compreensão que fez com que Carl Sauer tentasse “denegrir suas próprias contribuições metodológicas”, quando percebeu que vários geógrafos do Meio-Oeste americano “aparentemente levaram mais tempo para ler a *Morfologia da Paisagem* do que ele tinha levado para escrevê-lo” (p.111). A consequência foi a insistência na cultura material como vista nos *Readings in Cultural Geography* de Wagner e Mikesell em 1962 os quais não pretendiam “explicar o funcionamento interno da cultura” (Wagner e Mikesell, 2000:121), mas a distribuição de culturas e elementos de cultura no tempo e no espaço (Jackson, 1980:112).

Com a cultura material e “visível” como objeto de pesquisa, os respectivos mapas também restringiram-se à representação e descrição desses elementos de cultura, enquanto o mapeamento em seu sentido mais amplo pode significar “esboçar, contornar e moldar para revelar a ordem da realidade atrás da aparência superficial” (Scafi, 1999: 57).

Em artigo sobre as tradições da geografia cultural, Mikesell (1978:13) queixa-se que o “desenvolvimento esporádico de cartografia cultural tem sido um impedimento embaraçoso para o progresso na geografia cultural”. Mikesell referiu-se a um “mapeamento etnográfico” das culturas com temas como língua, raça e limites das áreas culturais. Em outra publicação sobre perspectivas geográficas na antropologia, Mikesell (1967) já tinha defendido a análise através da diferenciação de áreas culturais: “Língua mais agricultura de subsistência e vários elementos de cultura material providenciam a base para a maioria das delimitações” (p. 621), embora a “distribuição desses elementos raramente revela rupturas absolutas ou até nítidas” (p. 622), “sendo raramente mais do que um recurso classificatório ou pedagógico, útil em um nível intermediário de análise” (p. 622).

Blaut (1980) ataca a posição de Mikesell, alegando que não são as delimitações culturais que dominam, mas as fronteiras políticas. Por isso, na defesa da “Escola de Berkeley”, Lewis (1991) sugere a diferenciação de áreas não pelo espaço, mas pelos grupos de indivíduos através de seu relacionamento humano (“human relatedness”), propondo uma reforma da geografia cultural americana tradicional, que não se preocupava com a delimitação de regiões pela identidade sociocultural, mas apenas com a cultura material, o que fazia com que as nossas convenções cartográficas “facilmente nos embalassem em uma imaginação de um mundo nitidamente delimitado sem sobreposições e com unidades sociais unidimensionais (Lewis, 1991:605), quando muitos grupos étnicos/etnolingüísticos pesquisados pelos antropólogos não parecem ter existido fora da imaginação etnográfica (p. 621).

A crítica deste mapeamento cultural consiste na ótica limitada da cartografia ocidental: a pesquisa usa visões etnocêntricas e não leva em conta a cartografia dos nativos, que com certeza, têm métodos diferentes de mapear o seu espaço.

Ao pesquisar e comparar diferentes mapas de uma parte do Lago Titicaca no Peru feitos pelos órgãos oficiais e os camponeses da área, Orlove(1993) chama a atenção mais pelas diferenças do que pelas semelhanças na maneira em que as pessoas produzem e olham nas representações cartográficas que também influenciam a tomada de decisões. Por isso, Orlove exige uma “etnografia do olhar”, porque mapas não servem apenas para informar ou enfeitar, mas também são embutidos (imbricados) na vida social em muitas outras formas (Orlove, 1993: 12).

6. Paisagem x Mapas

O escritor José Saramago constatou no começo dos anos 80 no seu romance *Levantado do chão* a “onipresença” da paisagem: “O que há mais na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda” (Saramago, 1999).

Essa observação resume a relevância do conceito de paisagem, que conforme o contexto, a época e o lugar ganha significados diferentes, não apenas na Geografia. Com seu poder visual, a paisagem é uma maneira de ver (*way of seeing*)¹⁴, semelhante ao mapa que media entre o observador (“quem vê”) e o objeto visto, permitindo a visão através da representação (Fremlin e Robinson, 1998)¹⁵. Qualquer paisagem pode ser representada em um mapa. Pocock (1981) classifica a Geografia como uma “disciplina visual” porque, sem igual entre as ciências sociais, a visão é quase certamente o pré-requisito para sua realização. Por isso, geógrafos são – ou devem ser – fortemente interessados na natureza de ver. De certa maneira, “Geografia significa uma forma especial de mapeamento, quer dizer, um conhecimento ligado, em primeiro lugar, ao sentido da visão, distinto de mera curiosidade (Martins, 1999: 155).

Conforme Cosgrove (1985), a idéia de paisagem tem as suas origens na busca humanista do Renascimento pela geometria e linearidade, cujo perspectivismo aplicava-se em todas as esferas da vida humana desde as rotas de comércio e a navegação marítima até o planejamento urbano e os projetos de paisagismo. O misticismo religioso nas “narrativas visuais” de muitos mapas da Idade Média (Woodward, 1985) cedeu lugar a um “sentimento de espaço friamente geométrico”¹⁶.

A suposta sobriedade renascentista também formou a premissa do conceito de paisagem na geografia norte-americana no começo do século XX. Na sua *Morfologia da Paisagem*, Carl Sauer usa a paisagem como um fator delimitante, equivalente aos termos *área* e *região*. Dessa maneira, sua geografia cultural analisava as formas visíveis de uma área delimitada, tratando a paisagem como “uma importante seção da realidade ingenuamente perceptível e não uma idéia sofisticada” (Sauer, 2000:15).

Com a influência da *Nova Geografia* nos anos 50 e 60, os geógrafos moldaram uma ciência espacial positivista, direcionada ao planejamento

socioeconômico quantitativo sem deixar lugar para o conceito de paisagem, considerado subjetivo e impreciso e, por conseqüência relegado “a uma posição marginal, em detrimento de outros conceitos considerados como mais adequados às necessidades contemporâneas” (Holzer, 1998).

Foram os geógrafos humanistas a partir dos anos 70 que reabilitaram o conceito de paisagem, tendo a subjetividade do saber como “um dos traços mais marcantes do humanismo” (Gomes, 1998). Seus críticos, portanto, atacaram a atitude anti-científica dos geógrafos humanistas que, muitas vezes, cometeram o erro de assumir que a paisagem seria algo subjetivo, em contrapeso à ciência e as suas certezas objetivas proclamadas. Cosgrove (1985) chama atenção pela “completa negligência do visual e seu papel na geografia” e a “aparente falta de interesse na imagem gráfica” e sugere em publicação posterior” (Cosgrove, 2000¹⁷) o mapeamento das paisagens que todas possuem significados simbólicos que aguardam uma “decodificação geográfica”. Os mapas resultantes, sejam concretos ou mentais, são paisagens seletivas conforme as intenções dos seus autores¹⁸.

7. Rumo a uma Cartografia Cultural?

A cartografia no seu sentido mais amplo pode ser considerada uma maneira de ver o espaço. Objetivo deste artigo era mostrar os laços estreitos entre geografia cultural e a cartografia, seja em seu sentido lato ou metafórico. A discussão do conceito de mapa em diversas correntes da geografia cultural quis servir como alerta contra o seu uso “descontrolado” nas pesquisas, porque essa parceria mostra com toda clareza o risco de se perder em um emaranhado de subjetividades nas batalhas entre a ciência objetiva e neutra da Modernidade e dos simulacros e “vale-tudos” do pós-modernismo.

Por outro lado, precisa-se superar as fronteiras disciplinares, visando a uma contextualização não apenas dos mapas, mas também de todo o processo de mapeamento. Cosgrove (1999:2) observa que o mapeamento não se restringe à matemática, mas que ela também pode ser espiritual, política ou moral, podendo incluir o que é lembrado, imaginado ou contemplado: “Por isso, o mundo desenhado pelo mapeamento pode ser material ou não-material, presente ou desejado, inteiro ou em parte, experimentado, lembrado e projetado em várias maneiras” (p. 2).

Esta cartografia multicultural (e também “multifacetada”) enfatiza as semelhanças e diferenças na natureza e nas funções de mapas e evidencia que existem diferentes maneiras de perceber, compreender e representar o

espaço que não se baseiam necessariamente nas medidas métricas e cartesianas (Lewis, 1993), o que exige a superação do atraso da Cartografia a respeito da teoria social.

Mesmo com um fundamento teórico muito provisório e a necessidade de realizar trabalhos empíricos, mapas e sua “filosofia cartográfica” no processo de mapeamento devem ser considerados aliados muito valiosos para consolidar uma geografia cultural e fundir espaço e cultura¹⁹. Afinal de contas, parafraseando Denis Cosgrove, queiramos ou não, a Cartografia está em toda parte.

NOTAS

¹ Schatzki(1991) vê economia, religião e esportes como fenômenos espaciais e diferencia entre espaço objetivo, que pode ser absoluto (espaço como “container” enchido com objetos dentro de uma geometria euclidiana) ou relacional (sistema de relações entre objetos que depende do espaço absoluto), e espaço social (em contrapeso ao espaço físico), que só está presente quando o homem existe. A ação humana é inerentemente espacial e sempre embutida dentro do espaço que ela forma e vice-versa.

² Veja, por exemplo a crítica de Cosgrove e Jackson (1987) à *Escola de Berkeley*, cujos interesses eram predominantemente rurais e pelas “coisas antigas”, restritamente focalizados nos artefatos físicos (cabanas de madeira, cercas e delimitações das lavouras).

³ Pohl(1993) interpreta a utilização desse “código espacial” como instrumento para simplificar a complexidade da comunidade mundial cada vez mais diferenciada: a renascença do espacial nas disciplinas vizinhas da geografia tem a sua causa exatamente no “mecanismo de redução da complexidade do espaço” (Pohl, 1993:263).

⁴ Neste contexto, mapeamento é visto como processo de medir, traçar e representar conceitos e conexões em tempo e espaço (Cosgrove e Martins, 2000:97).

⁵ Psicólogos cognitivos, por exemplo, usam “mapas mentais” que não são

verdadeiramente cartográficos tanto que uma ovelha negra de uma família é verdadeiramente ovina (Andrews, 1996:6).

⁶ Utilizam-se os três princípios básicos da Cartografia: projeção (a forma como a realidade é projetada), simbologia (a linguagem usada) e escala (visibilidade dos fenômenos, detalhamento). Para uma aplicação dessas ferramentas analíticas no exemplo da legislação educacional, veja o texto não publicado “Escala, projeções e símbolos como ferramentas de análise da política educacional: Ensaio Cartográfico sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais” de minha autoria (Seemann, 2000a).

⁷ A história da Cartografia, pelo menos a ocidental, é contada na maioria dos livros introdutórios à Cartografia. Para uma análise minuciosa da Cartografia em épocas e regiões diferentes, veja o projeto da “História da Cartografia”, publicado pela Chicago University Press (por exemplo, Harley e Woodward (1987) ou Woodward e Lewis (1998)).

⁸ Duarte (1994) admite que existem maneiras diferente de perceber, ver, compreender e representar o espaço: “Os mapas representam uma forma de saber, um produto cultural dos povos, e não um mero resultado de uma difusão tecnológica a partir de um foco europeu” (p. 17, grifo meu).

⁹ Outro caso curioso são os Ongees das Ilhas Andaman na Índia. As visitas e levantamentos freqüentes de topógrafos europeus na comunidade fizeram os moradores pensar que mapas causariam um “vai-e-vem” nas pessoas (Pandya, 1990).

¹⁰ Existe uma farta bibliografia de trabalhos críticos sobre a representação em épocas, regiões e perspectivas diferentes como a comparação entre mapas indígenas e mapas europeus (Harley, 1991; Butzer e Williams, 1991; Lewis, 1993; Rundstrom, 1993) ou a cartografia renascentista (Harley e Zandvliet, 1992; Edney, 1993; Wintle, 1999).

¹¹ Wood (1992:199) critica (em linguagem não muito “científica”) que “o grau de precisão em nossos tempos é genuinamente impressionante” e que também constitui um “precisionismo masturbatório pela precisão”.

¹² O termo original em inglês é *landscape school*, i.e. “escola de paisagem” (McDowell, 1994).

¹³ Barnett (1998) critica a classificação “solta” de McDowell em um artigo da revista *Antipode* (da qual, fato curioso, Linda Mc Dowell é editora) e ironiza Jackson (1993) que nega a existência de um determinado grupo de *new cultural geographers*, mas aponta as diferenças entre a iconografia da paisagem de Cosgrove, o pós-estruturalismo de Duncan e “minha própria marca de políticas culturais”.

¹⁴ Veja como exemplo quase clássico a análise da relação entre visão e conhecimento nas obras dos pintores de arte de Berger (1972). “O ver vem antes das palavras... é a visão que estabelece nosso lugar no mundo que nos cerca. Explicamos esse mundo com palavras, mas as palavras nunca anulam o fato que o mundo está em torno de nós. A relação entre o que vemos e o que sabemos nunca será resolvida.”

¹⁵ Krygier (2001) vê no mapa e na paisagem os elementos-chave do “viés visual” da Geografia.

¹⁶ O perspectivismo... acentua a ciência da óptica e a capacidade das pessoas de representarem o que vêem como uma coisa de certo modo “verdadeira”... (Harley, 2000:223). Dessa maneira, a ligação entre indivíduo e perspectiva fundamentaram a visão cartesiana do espaço.

¹⁷ Publicação original em 1989.

¹⁸ É digno de nota que a não-neutralidade das representações espaciais até ganha destaque em livros didáticos como o de Pereira et al (1997:30) da 5.^a série, em que se alega que “os mapas são desenhos especiais em que, em vez de tentarmos retratar fielmente uma paisagem, representamos por meio de símbolos os aspectos dela que mais nos interessam”.

¹⁹ Corner (1999:224) vê o potencial revelador e produtivo do mapa na sua capacidade de efetivamente “retrabalhar” o que existe, sendo um meio de achar e fundar (“find and found”) novos projetos.

“CARTOGRAFIAS CULTURAIS” NA GEOGRAFIA CULTURAL: ENTRE MAPAS DA CULTURA E A CULTURA DOS MAPAS

Resumo: Na sua missão de revelar e analisar as relações entre espaço e cultura, a Geografia Cultural pode recorrer à Cartografia, um aliado ainda muito negligenciado nas pesquisas. Mapas e mapeamentos representam produtos e processos e podem ser utilizados como metáforas para investigar os significados de uma cultura ou como manifestações materiais de como uma cultura representa o espaço. Na Geografia Cultural, essas abordagens cartográficas podem servir tanto para “refrescar” as idéias da “Escola de Berkeley” quanto para uma analogia com o conceito de paisagem. Dessa maneira e apesar de um fundamento teórico bastante provisório nessa área, a Cartografia, em seu sentido mais amplo possível, pode ser uma contribuição valiosa para consolidar a Geografia Cultural e fundir espaço e cultura.

Unitermos: Geografia Cultural/ Cartografia/ Mapas/ Mapeamento.

“CULTURAL CARTOGRAPHIES” IN CULTURAL GEOGRAPHY: BETWEEN MAPS OF CULTURE AND THE CULTURE OF MAPS

Abstract: Within its mission to reveal and analyze the relationship between space and culture, Cultural Geography can make use of Cartography, an ally that has been neglected up to now in its research. Maps and mappings represent products and processes and can be employed as metaphors to investigate the meanings of a culture or as material manifestations of the manner a culture represents space. In Cultural Geography these cartographic approaches may serve to “refresh” the ideas of the “Berkeley School” and as a analogy with the concept of landscape. In this way and despite its still unripe theoretical underpinnings in this borderland, Cartography, in its broadest possible sense, can be a valid contribution in order to consolidate Cultural Geography and merge space and culture.

Keywords: Cultural Geography/ Cartography/ Maps/ Mapping.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, J. H. Map and Language / A Metaphor Extended. *Cartographica* 27 (1), p. 1-19, 1990.

ANDREWS, John H. What Was a Map? The Lexicographers Reply. *Cartographica* 33 (4), p. 1-11, 1996.

BARNETT, Clive. The cultural turn: fashion or progress in Human Geography? *Antipode* 30 (4), p. 379-394, 1998.

BERGER, John. *Ways of seeing*. London: Penguin, 1972.

BILLINGE, Mark. The Mandarin dialect: an essay on style in contemporary geographical writing. *Trans.Inst.Br.Geogr.* N.S. 8, p. 400-420, 1983.

BLAUT, James. A Radical Critique of Cultural Geography. *Antipode* 12 (2), p. 25-29, 1980.

CORNER, James. The Agency of Mapping: Speculation, Critique and Invention. In: COSGROVE, Denis (Org.). *Mappings*. London: Reaktion Books, p. 213-252, 1999.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123.

_____. Prospect, perspective and the evolution of the landscape idea. *Trans.Inst.Br.Geogr.* N.S. 10, p. 45-62, 1985.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. New directions in cultural geography. *Area* 19 (2): p. 95-101, 1987.

COSGROVE, Denis. Introduction: Mapping meanings. In: COSGROVE, Denis (org.) *Mappings*. London: Reaktion Books, p. 1-23, 1999.

COSGROVE, Denis; MARTINS, Luciana L. Millennial Geographics. *Annals Assoc. Amer. Geogr.*, 90(1), p. 97-113, 2000.

CURRY, Michael R. Postmodernism, Language, and the Strains of Modernism. *Annals Assoc. Amer. Geogr.*, 81(2), p. 210-228, 1991.

DIOGENES, Gloria. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop*. São Paulo: AnnaBlume, 1998.

DUARTE, Paulo Araújo. *Fundamentos de Cartografia*. Florianópolis/SC:EdUFSC, 1994.

EDNEY, Matthew H. Cartography Without 'Progress': Reinterpreting the Nature and Historical Development of Mapmaking. *Cartographica* 30 (2/3), p. 54-68, 1993.

FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime Tadeu. A Geografia e suas linguagens: o caso da Cartografia. In: CARLOS, Ana Fani A. *A Geografia em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 62-78.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FRAKE, Charles. Cognitive maps of time and tide among medieval seafarers. *Man NS.* 20, p. 254-270, 1985.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GELL, Alfred. How to read a map: remarks on the practical logic of navigation. *Man N.S.* 20, p. 271-286, 1985.

GERALDI, Corinta Maria Crisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de. *Cartografias do trabalho docente*. Professor(a) – pesquisador(a). Campinas/SP: Mercado de Letras, 1998.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOODMAN, Nelson. *Ways of World Making*. Indianapolis: Hackett Publ.Co, 1978. Disponível em: <<http://www.philosophy.ru/library/goodman/00.html>>, acesso em 12.06.2001.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do Desejo. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

HARLEY, J. B. Cartography, Ethics and Social Theory. *Cartographica* 27 (2), p. 1-23, 1990.

HARLEY, J.B. Rereading the maps of the Columbian Encounter. *Annals Assoc. Amer. Geogr.* 82 (4), p. 522-536, 1992.

HARLEY, J. B.; WOODWARD, D. (Org.). *The History of Cartography*. Volume 2, Book 3: Cartography in the Traditional African, American, Arctic, Australian, and Pacific Societies. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

HARLEY, J. B., ZANDVLIET, Kees. Art, Science, and Power in Sixteenth-Century Dutch Cartography. *Cartographica* 29 (2), p. 10-19, 1992.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HATTAM, Robert. *Towards a cultural geography of school reform and teachers' learning*. Disponível em <<http://www.aare.au/98pap/hat98194.htm>>, acesso em 03.08.2001.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org): *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 149-168.

JACKSON, Peter. A plea for cultural geography. *Area* 12, p. 110-113, 1980.

JACKSON, Peter. Berkeley and Beyond: Broadening the Horizons of Cultural Geography. *Annals Assoc. Amer. Geogr.*, 83(3), p. 519-520, 1993.

KRYGIER, John B. *Mapping – Geography – Landscape*. Disponível em <http://www.cc.owu.edu/~jbkrygier/krygier_html/dis.html>, acesso em: 20.03.2001.

LEWIS, G. Malcolm. Metrics, Geometries, Signs, and Language: Sources of Cartographic Miscommunication Between Native and Euro-American Cultures in North America. *Cartographica* 30(1), p. 98-106, 1993.

LEWIS, Martin W. Elusive societies: a regional-cartographical approach to the study of human relatedness. *Annals Assoc. Amer. Geogr.*, 81(4), p. 605-626, 1991.

MARTINS, Luciana de Lima. Mapping Tropical Waters: *British Views and Visions of Rio de Janeiro*. In: COSGROVE, Denis (org.) *Mappings*. London: Reaktion Books, p. 148-168, 1999.

MCDOWELL, Linda. The transformation of Cultural Geography. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. *Human Geography. Society, Space, and Social Science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. p. 146-173.

_____. A transformação da geografia cultural. In: *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 159-188,

MIKESELL, Marvin. Geographic Perspectives in Anthropology. *Annals Assoc. Amer. Geogr.*, 57(3), p. 617-634, 1967.

_____. Posfácio: Novos interesses, problemas não resolvidos e tarefas que persistem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.): *Geografia Cultural: Um século* (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 85-109, 2000.

_____. Tradition and Innovation in Cultural Geography. *Annals Assoc.*

Amer. Geogr. 68(1), p. 1-16, 1978.

OLIVEIRA, Céurio de. *Curso de Cartografia Moderna*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

ORLOVE, Benjamin. The Ethnography of Maps: The Cultural and Social Contexts of Cartographic Representation in Peru. *Cartographica* 30(1), p. 29-46, 1993.

PANDYA, V. Movement and Space: Andamese Cartography. *American Ethnologist* 17, p. 775-797, 1990.

PENTLAND, David H. Cartographic Concepts of the Northern Algonquians. *The Canadian Cartographer* 12(2), p. 149-160, 1975.

PEREIRA, Diamantino; SANTOS, Douglas; CARVALHO, Marcos B. Geografia – Ciência do Espaço. *Geografia dos lugares* (volume 1, 5.ª série). São Paulo, 1997.

PICKLES, John. Social e Cultural Cartographies and the Spatial Turn in Social Theory. *Journal of Historical Geography*, 25 (1), p. 93-98, 1999.

POCOCK, D. C. D. Sight and knowledge. *Trans. Inst. Br. Geogr. N.S.* 6, p. 385-393, 1981.

POHL, Jürgen. Kann es eine Geographie ohne Raum geben? Zum Verhältnis von Theoriediskussion und Disziplinpolitik. *Erdkunde* 47(4), p. 255-266, 1993.

PRICE, Marie; LEWIS, Martin. The reinvention of cultural geography. *Annals Assoc. Amer. Geogr.*, 83(1), p. 1-17, 1993.

RAISZ, Erwin. *Cartografia Geral*. 4. ed. Rio de Janeiro, 1969.

RIBEIRO, Darcy. *Diários Índios*. Os Urubus-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.): *Manifestações*

da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 17-46.

RUNDSTROM, Robert A. Mapping, Postmodernism, Indigenous People and the Changing Direction of North American Cartography. *Cartographica* 28 (2), p. 1-12, 1992.

_____. The Role of Ethics, Mapping, and the Meaning of Place in Relation Between Indians and Whites in the United States. *Cartographica* 30(1), p. 21-28, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SARAMAGO, José. *Levantado do Chão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SCAFI, Alessandro. Mapping Eden: Cartographies of the Earthly Paradise. In: COSGROVE, Denis (Org.). *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999. p. 50-70

SCHATZKI, Theodore. Spatial Ontology and Explanation. *Annals Assoc. Amer. Geogr.* 81(4), p. 650-670, 1991.

SEEMANN, Jörn. *Escalas, projeções e símbolos como ferramentas de análise da política educacional: Ensaio Cartográfico sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, 2000a* (manuscrito não publicado).

_____. Jörn. Geografia Cultural: a inovação da tradição ou a tradição da inovação? *Espaço e Cultura* 9/10, p. 49-56, 2000b.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TAYLOR, D. R. F. A Conceptual Basis for Cartography/New Directions for the Information Area. *Cartographica* 28(4), p. 1-8, 1991.

WERLEN, Benno. Gibt es eine Geographie ohne Raum? *Erdkunde* 47(4),

p. 241-255, 1993.

WINTLE, Michael. Renaissance Maps and the Construction of the Idea of Europe. *Journal of Historical Geography* 25(2), p. 137-165, 1999.

WISE, Donald. Primitive Cartography in the Marshall Islands. *The Canadian Cartographer* 13(1), p. 11-20, 1976.

WOOD, Denis. *The power of maps*. New York: Guildford Press, 1992.

_____. Maps and mapmaking. *Cartographica* 30(1), p. 1-9, 1993.

WOODWARD, David; LEWIS, G. Malcolm. Introduction. In: WOODWARD, David; LEWIS, G. Malcolm (Org.). *The History of Cartography*. Volume 2 Book 3: Cartography in the Traditional African, American, Australian, and Pacific Societies. Chicago: University of Chicago Press, 1998.